



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

**Requerimento de Informação n° 338/2025**

Processo Número: **29126/2025** | Data do Protocolo: 13/08/2025 17:20:44



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3200310039003300390037003A004300, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso X e XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, REQUEIRO ao Excelentíssimo SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, Senhor SAMUEL KINOSHITA, que forneça as informações a seguir.

Foi amplamente noticiado pela imprensa e confirmado por informações do Ministério Público de São Paulo que a Operação Ícaro revelou um esquema de corrupção envolvendo auditores fiscais desta Pasta, empresários e empresas de grande porte, como Ultrafarma e Fast Shop. Segundo o Ministério Público do Estado de São Paulo, os servidores investigados teriam manipulado processos administrativos para facilitar a concessão e o ressarcimento de créditos de ICMS, inclusive em valores superiores aos efetivamente devidos, em troca de pagamentos ilícitos que somariam cerca de R\$ 1 bilhão desde 2021.

As denúncias revelam a gravidade dos fatos, a complexidade do esquema e a necessidade urgente de avaliar a robustez dos mecanismos internos de controle, prevenção e apuração de ilícitos na Secretaria da Fazenda. Diante disso, e considerando a função fiscalizatória do Poder Legislativo, solicito a Vossa Excelência que esclareça:

1. A Secretaria da Fazenda e Planejamento tinha conhecimento prévio de irregularidades envolvendo os auditores fiscais citados na Operação Ícaro? Em caso positivo, quais providências foram tomadas antes da deflagração da operação?
2. Considerando a complexidade e o vulto financeiro do esquema revelado, quais medidas estão sendo adotadas para identificar eventuais outros servidores envolvidos, seja por participação direta, seja por omissão ou conivência?
3. Quais são atualmente os mecanismos de controle interno da Secretaria da Fazenda para prevenir a ocorrência de atos de corrupção ou manipulação de processos tributários?
4. Quais são os mecanismos de controle interno para detectar e apurar indícios de irregularidades ou suspeitas de corrupção no âmbito da Secretaria, especialmente envolvendo créditos de ICMS?
5. A Secretaria possui mecanismos para monitorar a evolução patrimonial de seus servidores, especialmente de cargos estratégicos como auditores fiscais? Caso sim, como são aplicados e com que frequência?
6. Após a Operação Ícaro, houve determinação para realização de auditoria interna nos processos de concessão e ressarcimento de créditos de ICMS deferidos nos últimos anos? Em caso positivo, quais são os resultados esperados e prazos para conclusão?
7. Quais medidas a Secretaria pretende implementar, a curto e médio prazo, para reforçar a integridade institucional e reduzir riscos de novos esquemas semelhantes, incluindo:
  - i) revisão de protocolos de concessão de créditos tributários;
  - ii) ampliação da transparência e rastreabilidade dos processos;
  - iii) fortalecimento da atividade de corregedoria e das áreas de compliance;
  - iv) uso de tecnologia e cruzamento de dados para detecção de padrões suspeitos.
8. Quais procedimentos estão sendo adotados para garantir que processos potencialmente manipulados pelos auditores investigados sejam revistos, evitando prejuízos à arrecadação do Estado?
9. Existe algum canal seguro e efetivo para denúncias internas na Secretaria da Fazenda? Caso exista, qual é o volume de denúncias recebidas nos últimos três anos e quantas resultaram em apuração formal?





Na expectativa de contar com informações completas e detalhadas sobre as questões acima, reforço a relevância do tema para a transparência e a justiça fiscal no Estado de São Paulo.

#### **JUSTIFICATIVA**

A recente deflagração da Operação Ícaro pelo Ministério Público de São Paulo revelou um esquema de corrupção bilionário envolvendo auditores fiscais da Secretaria da Fazenda e Planejamento e grandes empresas, com manipulação de processos de concessão e ressarcimento de créditos de ICMS.

A gravidade e a complexidade dos fatos, bem como o possível envolvimento de outros servidores e eventuais falhas nos mecanismos de controle interno, exigem do Poder Legislativo o exercício pleno de sua função fiscalizatória, buscando assegurar a transparência, a integridade da administração tributária e a proteção da arrecadação estadual.

Diante disso, faz-se necessária a solicitação de informações detalhadas à Secretaria da Fazenda e Planejamento sobre as providências adotadas, os mecanismos de prevenção e combate à corrupção existentes e as medidas planejadas para evitar a repetição de condutas semelhantes.

**Paulo Fiorilo**



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200340037003600380033003A005000

Assinado eletronicamente por **Paulo Fiorilo** em 13/08/2025 17:16

Checksum: **B274963FF81A7C03A0670BF0F6AA8F8381BCF3B75940B142DF4310121D1ED064**

